



Municípios do Norte de Minas Gerais são beneficiados com saneamento e saúde

Fossas negras, esgoto a céu aberto, mal cheiro. Essa realidade está mudando no norte de Minas Gerais. Na cidade de Taiobeiras (MG), a 683 km da capital, Belo Horizonte (MG), a rede de esgoto já atende a 95% de todo município. Uma situação inversamente proporcional ao panorama do saneamento brasileiro, já que apenas 50,3% da população brasileira tem acesso a algum tipo de coleta de esgoto (Fonte: SNIS/Ministério das Cidades - 2015).

Com um projeto de R\$ 13 milhões financiados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o município de Taiobeiras conseguiu construir toda rede de esgoto, bem como uma estação de tratamento. Inaugurado em 2013, o sistema de esgotamento sanitário tem capacidade para atender todo o contingente populacional da cidade, em torno de 34 mil habitantes. “Pra gente foi um marco importante quando o prefeito anterior conseguiu o recurso para a rede de esgoto e para a estação de tratamento. Com isso a cidade ganhou em termos de saúde da população, como também para a limpeza dos lençóis, com o fim das fossas secas”, explicou o vice-prefeito, Victor Hugo Teixeira.

Segundo o representante da Secretaria Municipal de Saúde,

Marlon Gonçalves, ao longo dos anos os índices de doenças diarreicas diminuíram consideravelmente. O número de pessoas com esquistossomose também caiu nos últimos quatro anos. A média de casos era de 30 por ano. Em 2016 foram registrados seis casos e este ano não houve nenhum registro da doença. “O município está melhorando seus índices a cada dia e, consequentemente, estão diminuindo os gastos para o tratamento dessas doenças, o que melhora para alocarmos esses recursos em outras áreas”, disse Marlon.

Com previsão de término para este mês, a construção da estação de tratamento de esgoto do município de Catuti (MG), a 652 km da capital, está em pleno vapor. Ex-distrito de Mato Verde (MG), a cidade foi emancipada em 1995 e já conta com aproximadamente seis mil habitantes.

Banhada pelo córrego Saco Velho, a água de Catuti é imprópria para beber. Sem contar os lençóis freáticos



Foto: Patrícia Gusmão/Funasa

Estação de Tratamento de Esgoto de Taiobeiras (MG) financiada pela Funasa

que estão contaminados pelas fossas, perfuradas sem nenhum controle ambiental. Com a inauguração da estação de tratamento, Barreiro Branco, distrito de Catuti, não dependerá mais desse tipo de sistema, já que a área urbana já conta com rede de esgoto. “O poço foi contaminado por causa das fossas. Agora, ele só serve para molhar jardim. Com a rede de esgoto vai ficar melhor. A concessionária vai tratar a água. Aí, ficará bem melhor”, disse animado “Seu Wilson da Água”, morador da cidade de Catuti e responsável pelos assuntos da água do município.

Ainda sofrendo com o desconforto da falta de esgoto, o município de Mato Verde também está com sistema de esgotamento sanitário em execução. Com um projeto que atenderá toda área urbana – cerca de 75% da população –, a obra tem previsão para finalizar em setembro. “É um projeto muito importante, a construção de saneamento básico da cidade. Mato Verde tem 63 anos e precisa muito. Temos focos de vários tipos de doenças que são contraídas, com certeza, por falta de saneamento básico”, ressaltou o prefeito da cidade, Oscar Teixeira.

Engajada com a missão de promover a saúde pública e a inclusão social, a Fundação Nacional de Saúde vem trabalhando para finalizar todas as obras que estão em execução, bem como dar apoio aos municípios do país que ainda não universalizaram o seu saneamento básico. ●



Foto: Patrícia Gusmão/Funasa



Foto: Arquivo/Coesa/Desam/Funasa

Projeto Sustentar

Saiba mais na pág. 2

Planos Municipais (PMSB)



Saiba mais na pág. 3

Oficinas do PNSR



Saiba mais na pág. 4

Foto: Patrícia Gusmão/Funasa

Sustentar será ampliado para todas as ações de saneamento em comunidades rurais



Criado em 2014, o projeto Sustentar veio para apoiar tecnicamente a gestão municipal e as comunidades rurais e tradicionais em relação à sustentabilidade dos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água (SSAA) na região do semiárido brasileiro. Neste ano, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) está ampliando o programa para todas as ações de saneamento em áreas rurais nas suas 4 vertentes: água, esgoto, drenagem de águas pluviais e resíduos sólidos.

O projeto piloto, proposto dentro do Sustentar, foi voltado para a sustentabilidade dos SSAA's (poços e chafarizes) implantados nas comunidades quilombolas. Estruturado em 2014 e executado entre 2015 e 2016, com etapas pré-definidas em conjunto pelos Departamentos de Saúde Ambiental (Desam) e de Engenharia de Saúde Pública (Densp), e com o apoio das Superintendências Estaduais da Funasa, a ação fortaleceu o município chegando até às comunidades.

Foto: Arquivo/Coesa/Desam/Funasa



Oficina do Sustentar capacita comunidade sobre o Sistema Simplificado (SSAA)

Contribuindo para o trabalho de ampliação do projeto, **Darcy de Valadares Rodrigues Ventura**, consultora da Funasa, destacou que a perspectiva é garantir qualidade de vida e promover a saúde pública para comunidades em situação de riscos ambientais e socioambientais. “A expectativa nossa, enquanto Funasa, enquanto Departamento de Saúde Ambiental, trabalhando com todas as áreas do saneamento integradas – uma situação inédita na Fundação – é a institucionalização desse projeto como um Programa, de modo que ele seja uma ação permanente da Funasa”, ressaltou.



Foto: Edmar Chaperman/Funasa

Conforme as diretrizes nacionais expressas na Lei nº 11.445/2007 (Plansab), a universalização diz respeito à ampliação progressiva do acesso ao saneamento básico. Além disso, o conceito da universalidade se relaciona com o princípio da igualdade, sendo que o acesso a bens e serviços deve ocorrer livre de obstáculos à toda a sociedade. No Brasil, existe uma forte iniquidade na comparação entre urbano e rural quanto ao acesso ao saneamento. Logo, a universalização do acesso ao saneamento pela população que vive no meio rural é um ideal a ser alcançado, indicando o caminho que o Programa Sustentar deve seguir. ©

Foto: Arquivo/Coesa/Desam/Funasa



SSAA da comunidade Fazenda Grande, em Muquém de São Francisco (BA)

EXPEDIENTE

Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Saúde
Ricardo Barros

Presidente da Funasa
Rodrigo Sergio Dias

Coordenação
Moisés Sousa Santos

Jornalista Responsável
Patrícia Gusmão (MTb: 0011644/DF)

Redação
Patrícia Gusmão

Imagens
Patrícia Gusmão e Edmar Chaperman

Layout, Diagramação e PDF interativo
Marcos Almeida

Colaboração
Janilda Soalheiros (Suest/MG)

Tiragem
3.000 exemplares

Coordenação de Comunicação Social
Setor de Autarquias Sul
Quadra 4 - Bloco N
7ª Andar/Ala Sul
CEP: 70.070-040 - Brasília/DF
Fone: (61) 3314-6440
E-mail: imprensa@funasa.gov.br

Site na Internet
www.funasa.gov.br

Redes Sociais

twitter.com/funasa

facebook.com/funasa.official

instagram.com/funasa_oficial

youtube.com/user/Funasaoficial

PMSB: um aliado na busca pela universalização do saneamento no país

Desde a criação da Funasa, como responsável em promover o fomento às soluções de saneamento e saúde ambiental para prevenção e controle de doenças que muitas questões são indagadas pelos gestores. Uma delas é como universalizar o saneamento básico no Brasil.

Tendo como base essa premissa, várias tentativas de gestão foram testadas e estão se aprimorando a cada dia. Com a publicação da Lei do Saneamento (Lei nº 11.445), em 2007, foi destacado um ponto extremamente importante para a implementação do saneamento básico no Brasil: o planejamento.

Claro que o país é bastante grande, o que pode dificultar a universalização do saneamento a curto prazo. Mas com o planejamento de cada ente federativo junto à sua população, procurando entender as dificuldades de cada região, estado e município, as ações se tornam mais efetivas. E é a partir dessa concepção que surge a obrigatoriedade do instrumento intitulado Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

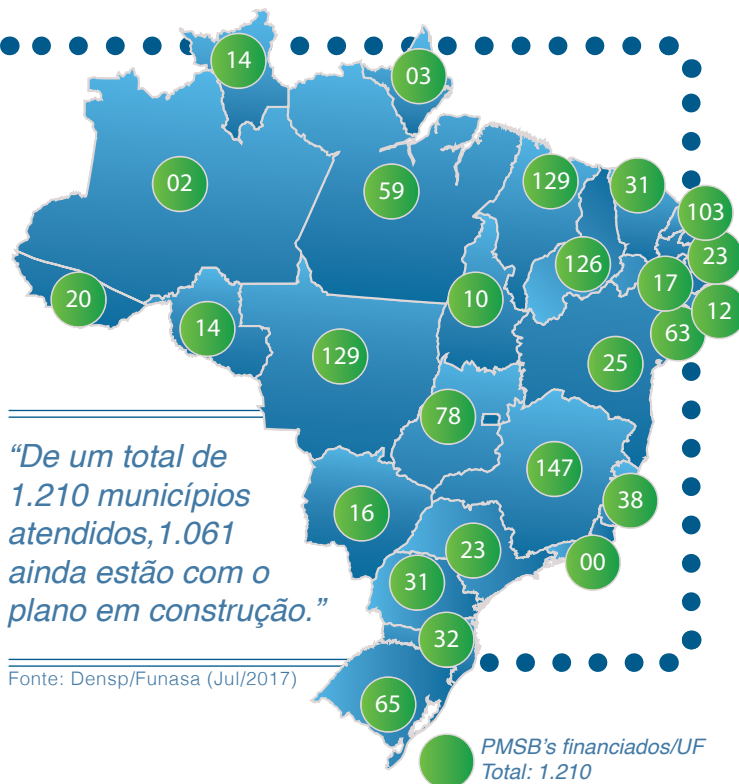
Na busca de levar aos municípios o delineamento do saneamento, bem como dar a oportunidade para que eles próprios identifiquem as necessidades das comunidades no quesito saneamento básico, a Funasa aceitou o desafio de apoiar as prefeituras na construção dos seus planos. A ideia, entre outros benefícios, é facilitar o trabalho dos técnicos e engenheiros que terão um documento para balizar suas ações.

Numa primeira tentativa de apoio à elaboração dos PMSB's, a Funasa repassou recursos financeiros diretamente aos municípios, a fim de que eles desenvolvessem seu planejamento abarcando os quatro componentes do saneamento básico: água, esgoto, drenagem de águas pluviais e resíduos sólidos. Contudo, estes tiveram muita dificuldade na finalização dos Planos.

Os técnicos da Funasa perceberam, então, que precisavam mudar de estratégia para auxiliar melhor o trabalho das prefeituras. Assim, surgiu a proposta de realização de cooperações técnicas. A ideia foi firmar parcerias com entidades, preferencialmente universidades, as quais possuem corpo técnico qualificado para desenvolver esse trabalho junto às comunidades. E o projeto deu certo. Com esse apoio, os municípios tiveram mais facilidade em traçar suas metas e finalizar seus documentos. Todavia, ainda há muito trabalho pela frente.

Vários PMSB's continuam em estado de elaboração. De um total de 1.210 municípios atendidos, 1.061 ainda estão com o plano em construção.

Portanto, vale lembrar que o prazo para que os municípios tenham seus PMSB's concluídos é **31 de dezembro de 2017**, data final estipulada em Lei.



Visão dos especialistas sobre o PMSB

“A partir do Plano Municipal o município pode conhecer a situação da infraestrutura de água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos, como também a qualidade na prestação dos serviços à população. Pode ainda prever alternativas para a solução dos problemas no horizonte temporal de curto, médio e longo prazos.”



Dra. Eliana Nunes, Engenheira Civil, professora associada da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Pós-Doutorada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

“Os ganhos com a elaboração do PMSB são muitos, especialmente nas áreas de saúde, educação, turismo e emprego. O saneamento tem impacto direto sobre a saúde da população. São muitas as doenças que estão diretamente relacionadas à sua falta. Essas doenças impactam nas atividades diárias das pessoas. Estudos do IBGE mostram, por exemplo, a relação entre as diarreias, causadas pelo não tratamento da água, e a falta no trabalho e na escola. Os gastos com a falta de planejamento e capacidade de gestão são muito grandes. O trabalho que a UFRN vem desenvolvendo em parceria com a Funasa envolve também muita pesquisa. Uma delas está relacionando o impacto negativo nos gastos públicos e a gestão por improviso, ou seja, a gestão sem planejamento.”



Dr. Aldo Dantas, Geógrafo, professor associado IV do Departamento de Geografia da UFRN, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP)

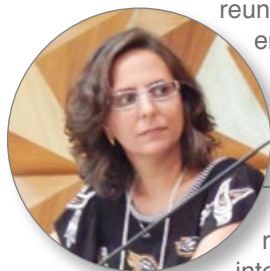
Fotos: Reprodução Internet

Oficinas regionais do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) chegam ao fim

Palco da última Oficina Regional do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), Juazeiro (BA) foi a cidade escolhida para finalizar a etapa de discussão do Programa. As cinco oficinas ocorreram no Centro-Oeste, Norte, Sul, Sudeste e Nordeste com a participação de cerca de 275 convidados e 100 instituições. A próxima etapa é a análise das contribuições da oficina, a continuidade dos estudos e, posteriormente, o Seminário Nacional, com discussão e validação do documento preliminar do Programa.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento de ações de saneamento básico em áreas rurais, visando à universalização do acesso, por meio de estratégias que garantam equidade, integralidade, intersetorialidade, sustentabilidade dos serviços implantados e a participação social, as oficinas foram pensadas para ampliar o debate acerca da elaboração da proposta do PNSR. A ideia também foi garantir a participação colaborativa dos diversos atores e segmentos sociais interessados e envolvidos nas questões do saneamento rural, além de reconhecer as peculiaridades de cada região brasileira.

“Realizadas nas cinco regiões brasileiras, as oficinas reuniram segmentos sociais interessados e envolvidos nas questões do saneamento rural para ampliar e aprofundar as discussões em torno do tema”, ressaltou a coordenadora do Programa pela Funasa, **Juliana Zancul**.



O projeto das oficinas busca ainda reforçar o processo participativo na integração entre as equipes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), bem como dos representantes do Grupo Terra - Campo, Floresta e Águas; das Superintendências Estaduais; da sociedade civil organizada e de outros órgãos diversos.

“As oficinas congregam muitas instituições e organizações interessadas que debatem o saneamento rural. Esses participantes podem trazer os anseios gerais dos maiores envolvidos, àqueles que serão alvo da política de saneamento rural, para traduzí-los em diretrizes. São de importância cabal dentro do estudo de concepção do PNSR”, explicou Sonaly Rezende, professora do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMG e também coordenadora do Programa.

Desafios do PNSR

Apesar de todos os esforços para elaborar um Programa fidedigno, o PNSR enfrenta muitos desafios na sua construção. Entre eles estão a definição de um conceito

Foto: Coats/Densp/Funasa



Oficina Regional Nordeste em Juazeiro (BA)

ampliado do que seja “rural”, a participação social nas discussões, a compreensão sobre as características e as necessidades das comunidades rurais nas diferentes regiões brasileiras, a integração com outras políticas públicas e programas de governo, a articulação com os estados e municípios e, talvez, o mais difícil, a universalização do saneamento básico em áreas rurais.

Contornando os obstáculos, muito já se avançou na construção do Programa, a começar pela ampliação do conceito de rural. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010, são 29,8 milhões de habitantes nas áreas rurais do Brasil. Entretanto, conforme estudado pela equipe da UFMG, com um novo conceito de rural os novos números seriam 39,3 milhões de habitantes, ou seja, 20,7% da população brasileira.

Precipuamente, o PNSR trabalha com a especificidade desses territórios que exigem uma abordagem própria e distinta da convencionalmente adotada nas áreas urbanas, tanto na dimensão tecnológica, quanto na gestão e relação com as comunidades.

Outro fator importante está nos marcos referenciais que balizam o Programa: a promoção da saúde, uma vez que o saneamento básico é um dos fatores determinantes e condicionantes da saúde; a erradicação da extrema pobreza, pontuando o saneamento básico como uma estratégia de erradicação da pobreza e o desenvolvimento rural solidário sustentável. Todos esses marcos visam o saneamento básico como um dos fatores determinantes do processo de desenvolvimento social da população rural.

Definido pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), o PNSR está sob responsabilidade da Funasa que prevê sua finalização em 2018, trazendo um documento de relevância para a promoção do saneamento nas áreas rurais do Brasil.